



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da costa - 460 anos do Armistício de Iperoígue - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023

Outubro

Nº 438

Primavera de Sangue (1909)

Acadêmicos cariocas versus Força Policial -DF

por Vera Lúcia Bogéa Borges

Em setembro de 1909, a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um emblemático acontecimento: a Primavera de Sangue. Em países vizinhos como Argentina e Chile, tradicionalmente, o início da estação do ano conhecida como Primavera era celebrada por estudantes que costumavam realizar atividades ao ar livre sendo o piquenique uma das mais representativas. Com o passar do tempo, simultaneamente, os jovens de muitas capitais latino-americanas passaram a comemorar a data e procuraram sempre aproveitar a ocasião para realizar algum tipo de protesto. Desde a primeira década republicana, entre os acadêmicos do Distrito Federal, quando uma pessoa ganhava aversão do grupo era simbolicamente enterrada, o que consagrou a expressão *morrer por ridículo*. Em 1909, os estudantes cariocas organizaram uma passeata que ganhou um colorido diferente com o enterro político do General de Brigada Antônio Geraldo de Souza Aguiar, comandante geral da Força Policial do Distrito Federal. O cortejo fúnebre foi preparado nos mínimos detalhes e todos os elementos estavam presentes, isto é, a cruz sendo carregada, o padre a comandar a celebração e as inúmeras vozes entoando os cantos. A manifestação terminou em sangue tendo o saldo de duas vítimas fatais.

Afinal, o que o chefe da polícia do Distrito Federal fez para ser alvo da zombaria dos acadêmicos do Rio de Janeiro? Em 1909, por mais de uma vez, o general Souza Aguiar teve seu nome associado a atos de violência como, por exemplo, por ocasião da dispersão da população que foi espancada pelos soldados da Força Policial ao ocupar as ruas da cidade reivindicando melhores serviços prestados pelos bondes da *Light*. Outro episódio truculento ocorreu na véspera da chegada da primavera, em 21 de setembro, quando os acadêmicos concentraram-se no **Palácio Monroe** (Cinelândia, centro do RJ). Na ocasião, eles percorreram várias ruas para lembrar, de maneira ruidosa, pessoas e fatos da época e, também, acabaram por zombar dos transeuntes impedindo o deslocamento dos carros que circulavam pelos arredores. Assim, o trânsito ficou tumultuado e, cada vez mais, os ânimos das pessoas exaltaram-se. Na rua Senador Dantas, um veículo da Força Policial com tração animal transportando músicos desobedeceu a ordem de parar dada pelos manifestantes e seu condutor ao chicotear os cavalos permitiu que a carroça fosse de encontro ao grupo. Para piorar a situação, o acadêmico Pedro Barreto também foi atingido por uma das chicotadas. Imediatamente, os manifestantes foram tirar satisfação com o comandante da Força Policial. Ao ser informado do incidente, Souza Aguiar não deu importância ao fato e, ao final da audiência com os estudantes, considerou que a culpa era deles uma vez que provocavam regularmente, de acordo com sua interpretação, desordens pela cidade. Os jovens não ficaram quietos e disseram que iriam se queixar direto ao presidente República Nilo Peçanha. Souza Aguiar pareceu não se intimidar e ainda teve fôlego para dar um safanão num acadêmico, jogando-o num sofá próximo. O clima de animosidade entre as partes estava estabelecido.

No dia seguinte, em 22 de setembro de 1909, o início da primavera deveria marcar a chegada da estação das flores, das cores mais variadas, de intensos e diversos perfumes. Todavia, a alegria e o colorido esperados foram substituídos pelo sangue e pela dor motivada pelas mortes dos estudantes José de Araújo Guimarães – aluno do primeiro ano de Medicina que tinha 17 anos e ocupava o cargo de 2º secretário do Centro Acadêmico – e Francisco Ribeiro Junqueira que ainda foi transportado com vida para a Santa Casa de Misericórdia aonde veio a falecer devido um ferimento no peito. Na ocasião, o desfecho trágico com vítimas fatais ecoou pela cidade agitando a imprensa, mobilizando as autoridades públicas e a população em geral. Afinal, quais foram as condições que levaram a morte dos dois rapazes? Indignados com a intolerância do comandante Souza Aguiar no dia anterior, os jovens organizaram uma marcha que simulou de maneira simbólica o enterro político dele com direito as figuras do padre e seu assistente. A caminhada foi acompanhada por centenas de estudantes e teve seu ápice no Largo de São Francisco de Paula, centro da cidade do Rio de Janeiro, quando surpreendentemente alguns indivíduos investiram contra o grupo com extrema violência, atingindo mortalmente o padre, seu assistente e provocando ferimentos em inúmeros outros. O drama pareceu devastar a cidade do Rio de Janeiro. A gigantesca demonstração de pesar público foi observada pelas ruas da capital da República, desde a Escola de Medicina até o cemitério São João Batista (bairro de Botafogo). A manifestação foi espontânea tendo enorme proporção jamais vista pela população carioca. Imediatamente,

Souza Aguiar foi exonerado e o comando da Força Policial do Distrito Federal passou a ser exercido por **Gregório Thaumaturgo de Azevedo que ao ser nomeado redigiu um ofício ao Ministro da Justiça, Esmeraldino Olympio Torres Bandeira**. No documento, o novo comandante considerava necessária a abertura de inquérito para verificar a possível responsabilidade de oficiais e praças da Força Policial do Distrito Federal.

Em cumprimento da ordem expressa do presidente da República Nilo Peçanha, acrescida pela repercussão no meio jornalístico, foi estabelecido rigoroso inquérito. Os advogados de acusação eram Mario Viana, Teodoro Magalhães e Evaristo de Moraes, equipe que teve muita dificuldade em submeter os réus a julgamento, fato que só ocorreu quase um ano depois do crime. Por sua vez, a defesa era representada por Nicanor Nascimento e Caio Monteiro de Barros e a presidência do julgamento coube ao juiz Machado Guimarães que contou ainda com a participação do promotor público Honório Coimbra. A atmosfera em torno do caso era de terror e os boatos iam do possível assalto ao tribunal por colegas de Exército do tenente João Aurélio Lins Wanderley, principal suspeito, até as ameaças de morte aos jurados caso a sentença fosse desfavorável ao réu mais notável. Assim, aqueles que estavam envolvidos no caso pareciam correr risco de vida sendo que inúmeras medidas de prevenção e precaução foram adotadas no dia do julgamento. No final da sessão todos os réus foram condenados uma vez que se comprovou que, em relação à manifestação dos acadêmicos, os agressores eram praças à paisana subordinados ao comandante da Força Policial do Distrito Federal, Souza Aguiar. Além disso, o inquérito comprovou a responsabilidade de alguns oficiais do Regimento da Cavalaria e muitos soldados que receberam a pena máxima de trinta anos. Neste sentido, **o relatório de Thaumaturgo de Azevedo enviado ao ministro da Justiça Esmeraldino Bandeira apresentou a lista nominal dos oficiais exonerados em função do incidente**. Todavia, o desfecho da primavera de Sangue avançou por 1910 e a decisão do caso provocou reações imediatas sendo que alguns segmentos da sociedade protestaram por novo julgamento. Em linhas gerais é possível considerar que o Clube Militar e muitos militares queriam a absolvição do tenente Wanderley, pois consideravam o desfecho contrário podia ser perigoso para o país de acordo com a percepção deles. Apesar de mais uma atuação brilhante da acusação, o réu principal do caso foi finalmente absolvido e o fato foi comemorado entre seus pares. Desta forma, na cidade do Rio de Janeiro, dois campos opostos pareciam se formar, de um lado pelos estudantes e simpatizantes da manifestação estudantil de setembro de 1909, os civis, e de outro lado, os militares, aqui representados por intermédio da Força Policial, pelo lado legalista. Esta instituição militar, sob o comando de um oficial do Exército, parecia sacrificar inicialmente um dos seus ao permitir que apenas o tenente Wanderley fosse responsabilizado pelo episódio da Primavera de Sangue. Portanto, sua absolvição tornou-se questão de honra, uma vez que a negativa poderia, pela ótica militar, ser danosa à sociedade. Os militares não mediram esforços para absolver – o que não significou inocentar – o culpado maior junto com seus auxiliares. Por sua vez, as famílias dos dois acadêmicos mortos, além da dor motivadas pelas perdas, tiveram que conviver com a sensação de impunidade do(s) responsável(is). É importante destacar que o uso da farda atribuída aos militares garantia a sua condição de autoridade que devia ser exercida dentro de determinados padrões de convívio garantindo o direito de

manifestação do cidadão, inclusive o da crítica como aconteceu no enterro político de Souza Aguiar, em setembro de 1909. Com certeza **o relatório do chefe da Polícia, direcionado ao ministro Esmeraldino Bandedeira**, pode ser compreendido como demonstração da tensão entre civis e militares na cidade do Rio de Janeiro naqueles anos da Primeira República.

Com o advento do século XX, a República brasileira parecia ter superado os momentos iniciais de instabilidade dos dois governos militares (presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Neste sentido, em termos econômicos, o café valorizava-se e na política, até a administração do presidente Afonso Pena, os grupos dominantes conseguiam, dentro do possível, estabelecer algum tipo de entendimento com a apresentação de um candidato único para as eleições presidenciais. Entretanto, em 1909, a morte do presidente Afonso Pena no mês de junho e sua substituição pelo vice-presidente Nilo Peçanha agitou o cenário político. Para a sua sucessão, vários nomes foram cogitados até que se apresentassem as duas candidaturas que se enfrentaram em 1910, isto é, Hermes de Fonseca (militar) e Rui Barbosa (campanha civilista). Contudo, por que essa polarização passou a existir? A resposta para a questão não é simples e alguns elementos podem contribuir para a compreensão daquele processo histórico. A tentativa frustrada de imposição por parte de Afonso Pena de fazer seu sucessor levou a uma reação contrária imediata. Deste modo, constantemente, o presidente exigia que seu ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, se manifestasse publicamente como não candidato à presidência da República o que acabou por provocar um fato militar. Essas ações políticas eram devidamente acompanhadas pela imprensa como, por exemplo, demonstra **a primeira página da Gazeta de Petrópolis na edição de 6 de maio de 1909**. As Forças Armadas sentiam-se hostilizadas por considerarem cerceadas ao aspirar que um militar ocupasse o cargo de presidente da República, afinal a Constituição de 1891 não estabelecia qualquer incompatibilidade. No entanto, logo sepultada a iniciativa presidencial, passou-se à etapa da polarização e apesar das tentativas, São Paulo e Minas Gerais não conseguiram juntos lançar um nome para a eleição presidencial. Assim, parte dos mineiros e uma parcela dos paulistas apoiou David Campista (ministro da Fazenda no governo Afonso Pena), por sua vez, outra parte da oposição conseguiu indicar o nome de Wenceslau Brás à vice-presidente na chapa de Hermes da Fonseca. A quebra da tradicional aliança levou São Paulo a buscar mais espaço político. Com o passar do tempo, Rui Barbosa formou uma chapa contestatória procurando garantir a adesão de São Paulo levando a consolidar a indicação do paulista Albuquerque Lins como candidato a vice-presidente na coligação civilista. Outros políticos também se destacavam naquele momento como, por exemplo, o senador Pinheiro Machado (1851-1915) que atuou intensamente na cena política nacional ao fundar o Partido Republicano Conservador (PRC) e ocupar o cargo de vice-presidente do Senado entre os anos de 1902 e 1905. Toda a movimentação na cena política brasileira era diariamente acompanhada pela imprensa como demonstram **as duas edições do mês abril de 1909 dos jornais cariocas Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil**.

No segundo semestre de 1909, enquanto os candidatos à presidência da República, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, percorriam algumas das capitais do país em campanha eleitoral, o concorrente civilista

Introdução

Em 1899, a arbitragem dos Estados Unidos gerou concessões bilaterais permitindo delimitações feitas posteriormente, mas subtraindo da Venezuela um território de 159.542 km² e mais de 200 km de costas no Oceano Atlântico, o que trouxe consequências mais tarde do ponto de vista do direito marítimo e de exploração de recursos (POUYLLAU, 1982).

Neste artigo, apresenta-se uma análise exploratória sobre a demanda imposta pela Venezuela anos mais tarde, em 1962, para o Tratado de Paris, em que a República Bolivariana da Venezuela reivindica soberania sobre o território conhecido como Essequibo, o qual era até então colonizado pela Guiana Britânica.

Qual seria a importância do estudo e análise desta disputa territorial? A abordagem do conflito em questão é de extrema relevância, visto que acontece desde o século XIX e até o presente momento não foi encontrada uma solução favorável a ambas as partes.

Com o passar dos anos, o conflito territorial pela área de Essequibo vem influenciando a situação política das nações pela entrada e saída de governos, seja amenizando ou atenuando crises de cunho político nos países. Além disso, no caso da Guiana Inglesa, a perda territorial ocorreria no momento em que as descobertas petrolíferas recentes representam uma esperança de mudança de patamar econômico para uma nação marcada pela pobreza como a Guiana, portanto, a resolução influencia ampla e diretamente o futuro dos envolvidos.

Os objetivos da realização do presente artigo incluem analisar os antecedentes historiográficos do conflito entre essas nações, além de como esses impõem um ambiente de tensão e polêmicas envolvendo terceiros atores como os Estados Unidos, Países Baixos e França. Identificar as características políticas das partes deste conflito, bem como demonstrar os resultados obtidos e como essas políticas aplicadas impactam o sistema internacional também foram objetivos almejados pelas autoras.

Para a realização do artigo foram utilizadas fontes informativas, bem como o uso da pesquisa bibliográfica para a revisão dos fatores que são cruciais no entendimento deste conflito e suas consequências. A pesquisa, portanto, tem caráter qualitativo e enriqueceu o trabalho apresentado, proporcionando a sua contribuição para diversos estudos similares. O método utilizado para o desenvolvimento do artigo foi a pesquisa científica, apresentando características que correspondem às necessidades do grupo.

A análise dos resultados foi feita por meio de pesquisas bibliográficas, em que foram utilizadas informações provenientes de veículos de informação, de forma que pudesse ser simplificado e organizado o desenvolvimento do artigo apresentado, assim como o uso dessas funções contribuiu para a codificação e estudo de outros resultados relacionados aos conflitos internacionais. A organização desta análise fez com que as pesquisas e os estudos fossem mais específicos e abrangentes para dar impulso a compreensão da objetividade principal deste trabalho.

Por fim, a conclusão deste artigo julga necessário um apaziguamento por meio da instância regional, que pode oferecer recompensas para os países envolvidos e promover um acordo pacífico. Dessa forma, no presente, com a Guiana mais independente e segura com seu futuro, um acordo mais justo e equilibrado seria adotado e, portanto, o conflito teria mais probabilidade de ser oficialmente esclarecido.

Referencial teórico

As fronteiras são em excelência um objeto de geopolítica, o qual representa diversas análises de acordo com o nível de estudo em que é visto. Segundo Diener e Hagen (2012), as fronteiras significam muito mais que uma linha divisória entre um país e outro, delimitando mais que aspectos físicos e não à toa, já foram motivo de conflitos em diferentes lugares do mundo. Desse modo, as fronteiras são então elementos essenciais de um Estado e, por conta das relações que ele possui nesse âmbito, constituem hoje um elemento fundamental no sistema internacional.

A tensão fronteiriça entre a Venezuela e a Guiana Inglesa possui uma bagagem histórica que data desde o século XIX, muito antes da dependência de ambos os países, onde espanhóis e britânicos já disputavam a posição da fronteira entre suas colônias localizadas no norte da América do Sul.

De acordo com Silva (2006, p.11) *“devido às guerras na Europa na época, o controle desta região passou pela Grã-Bretanha, seguida por França, retornando à Holanda e, ao final, voltando à posse britânica em 1796”*.

Em 1835, já com a independência da Venezuela, o governo britânico contratou um alemão chamado Robert Schomburgk para mapear o território guianense e delimitar suas fronteiras. Terminada a demarcação, a fronteira havia sido então definida nas alturas da foz do Rio Orinoco, decisão que não foi bem recebida pelos venezuelanos, que protestaram argumentando que o local legítimo e justo para a delimitação fronteiriça deveria ser na região do Rio Essequibo.

A partir de então, nasce uma disputa entre as duas nações pelo território em questão, em que negociações dos dois lados não foram suficientes para se chegar a um consenso além daquele que os dois lados concordavam em não ocupar a área contestada, nos anos de 1850. Porém, a descoberta de ouro naquela área fomentou o renascer da disputa e colonos britânicos infiltraram-se na região onde criaram uma companhia mineradora a fim de explorar minas de ouro.

A Venezuela, por sua vez, mostrou seu descontentamento e protestou o quanto pode, chegando até a propor aos ingleses uma arbitragem para solucionar o conflito, o que nunca mostrou ser do interesse guianense.

Além do que já foi previamente citado, Paasi (2009) afirma que as funções fronteiriças são diversas para um Estado, que vão desde encargos políticos, legais, fiscais, policiais e militares, onde cada um deles, apesar de diferentes, se encaixam de uma forma singular em seus objetivos. Além de separar, também mediam e constituem um conjunto de regras que simbolizam práticas institucionais que conectam e ordenam as interações entre membros de grupos sociais.

Por conseguinte, em 1887, a Venezuela tomou atitudes mais radicais e rompeu suas relações diplomáticas com a Inglaterra, além de pedir auxílio diplomático aos Estados Unidos, **que se mostrou disponível e foi de prontidão a fim de contrariar o Reino Unido**. Dessa forma, em 1897, sob pressão estadunidense (que representava a Venezuela), os ingleses aceitaram submeter a disputa à uma arbitragem internacional.

Durante dois anos, a comissão arbitral estudou o assunto e no ano de 1899 decidiu conceder 94% do território disputado à Guiana Britânica. Já aos venezuelanos foi decidida a concessão de uma região na foz do Rio Orinoco e uma área de pequena dimensão junto ao oceano Atlântico. Apesar da Venezuela ter se mostrado insatisfeita, como o esperado, ambos os países acabaram aceitando a decisão da arbitragem e durante 60 anos a situação permaneceu estática e pacífica.

No entanto, tempos depois, em 1962, os venezuelanos apresentaram um dossiê de argumentos com o propósito de questionar a parcialidade da comissão arbitral de 1889, declarando juntamente à ONU que já não considerava mais aquela resolução, colocando assim toda a região a oeste do Rio Essequibo com o status de Zona em Reclamação e, dessa forma, passou a constá-la oficialmente nos mapas da Venezuela. Ainda assim, uma nova comissão foi instalada em 1966, por meio do Acordo de Genebra, que teria um prazo de quatro anos para resolver a questão.

Após três meses, a Guiana alcançou sua independência, mas uma sucessiva sequência de incidentes fronteiriços impediram o avanço rumo à resolução da disputa. Por conta disso, em 1970, esgotou-se o prazo da comissão e nenhuma medida foi acordada, assim, Venezuela e Guiana assinaram um novo protocolo, com o intuito de congelar a situação pendente por mais doze anos.

Na década de 1980, a situação passou a ser intermediada pela ONU e, embora nenhuma solução tenha sido encontrada, essa administração possibilitou uma boa convivência entre as duas nações, apesar de alguns pequenos incidentes e divergências de forma esporádica.

Em 2015, a descoberta de grandes reservas de petróleo pela empresa Exxon Mobil acrescentou um novo e importante atrativo à região, reascendendo a disputa e carregando consigo uma importância ainda maior para a Guiana, que será abordada e explorada mais à frente no âmbito dos desafios guianenses. Em janeiro de 2018, o Secretário Geral da ONU deu por esgotadas as possibilidades de intermediação e indicou que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) seria o órgão competente para solucionar a questão.

Mapa 1 — Zona em reclamação da região Essequibo (página seguinte).



Fonte: Misión Verdad, 2021. Disponível em: < <https://misionverdad.com/file/899> > Acesso em: 8 jun. 2021.

Assim, em março de 2018, a Guiana solicitou à jurisdição da CIJ que validasse o acordo de 1899, alegando que se esgotaram as possibilidades de conciliação por intermédio do Acordo de Genebra. A Venezuela se manifestou contrariamente à posição guianense, mas, em dezembro de 2020, a Corte declarou que possuía de fato a jurisdição para deliberar sobre o assunto.

Escaladas recentes do conflito

Recentemente, no dia 24 de janeiro do ano de 2021, ocorreu uma atualização da disputa que dura mais de um século, com uma motivação citada anteriormente: exploração de petróleo. A Guiana acusou a Venezuela de capturar dois de seus barcos pesqueiros e solicitou a liberação imediata da tripulação que, segundo seu governo, foi capturada pela Venezuela menos de um mês após o país estender sua fronteira marítima de forma unilateral.

O Ministério das Relações Exteriores da Guiana se pronunciou afirmando que não foi informado pela Venezuela sobre as retenções. Já do lado venezuelano, o chanceler Jorge Arreaza emitiu uma nota de protesto ao encarregado de negócios da Guiana, Robert McKenzie, alegando serem difamados pelo governo vizinho e que o incidente aconteceu dentro de seu território, portanto, os navios guianenses foram pegos em flagrante navegando em áreas de sua soberania.

É importante ressaltar que a Guiana Inglesa tem em sua zona econômica exclusiva (espaço de até 200 milhas náuticas do limite do mar territorial) sua plena soberania para explorar os recursos naturais, enquanto terceiros possuem liberdade para navegar e sobrevoar o território. No entendimento que se refere aos dois atores participantes do conflito, Laschefski (2010, p. 23) pontua que “existe a sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial.”

MAPA 2 — Zona Exclusiva Econômica da Guiana Britânica.



Fonte: The Economist, 2020. Disponível em: < https://www.economist.com/sites/default/files/20200229_AMM976.png >. Acesso em: 14 jun 2021.

Uma porta-voz da empresa petrolífera Exxon Mobil afirmou que os levantamentos de atividade sísmica no campo de Stabroek, na Guiana, seriam suspensos e só retomados quando houvesse segurança total, além de complementar que a embarcação operava na zona exclusiva econômica do país.

Estratégia geopolítica dos países

A estratégia guianense pode ser caracterizada como bem pensada e efetiva, o que permitiu o alcance de objetivos primordiais como o domínio do território, acordos com a Venezuela (sempre resguardando os seus benefícios), bem como o início do processo que daria a fim de vez ao conflito e o poder marítimo pertencente a área.

Além disso, a estratégia de política externa tem se direcionado cada vez mais para a reafirmação da legalidade e vigência do acordo de Paris de 1899 e na síntese de alianças com Estados da região para se consolidar dentro da comunidade internacional, ao mesmo tempo em que se projeta como uma nação em risco devido a superioridade econômica e militar de seu adversário, a Venezuela. Dessa maneira, a Guiana Britânica tem rejeitado as propostas oferecidas pelo mecanismo de bons ofícios da ONU enquanto avança na criação de exemplos no âmbito do direito internacional que resguardem e justifiquem sua plena soberania sobre a zona de reclamação.

Desde os anos 1990, a Guiana em uma expressa violação do acordo de Genebra, vem concedendo licenças de exploração de recursos naturais nas áreas em disputa e ultimamente vem demonstrando a pretensão em delimitar unilateralmente a fachada atlântica do território de Essequibo, apesar de constar nos escritos do direito internacional que não é possível delimitar áreas marítimas sem primeiro definir as áreas terrestres. Portanto, o país tem aplicado em sua grande maioria todos seus recursos políticos, diplomáticos e econômicos para confrontar as ameaças da Venezuela a sua integridade e sobrevivência como território britânico.

Já no que diz respeito à estratégia geopolítica venezuelana, esta é considerada como **não eficaz** por alguns estudiosos e analistas, pois no que se refere à sua supremacia, tanto políticas econômicas e militares, a Venezuela é considerada como uma parte que **fomenta o conflito** já que em suas acusações e exigências não demonstra a recuperação do território em reclamação como uma prioridade nacional, por exemplo, e durante todo o processo diplomático ocorrem **falhas de expressão**, o que faz parecer que estão disputando por uma parcela do território e não por ele inteiramente.

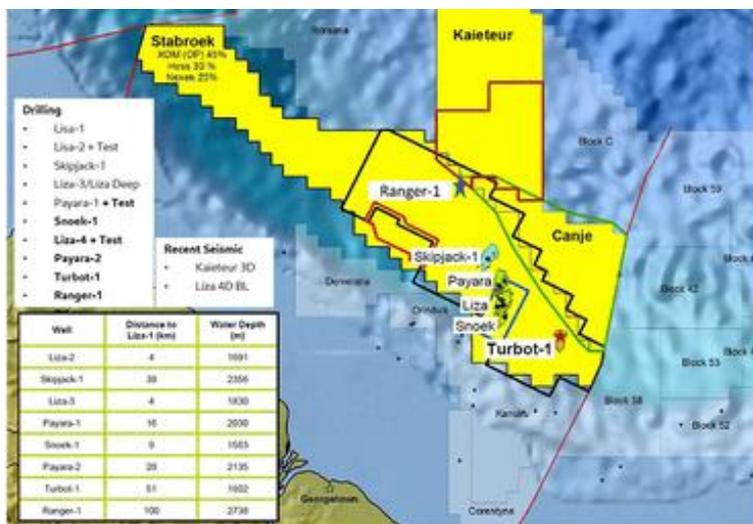
Por um lado, a Venezuela exige que seja feita justiça em razão da historicidade política do laudo arbitral de Paris, como uma forma de negociação acima de qualquer realidade jurídica e política ajustada pelo processo internacional de cada época. Nos anos 1980, a Venezuela propôs uma negociação com a Guiana, no entanto, o país não aceitou e sugeriu que a questão fosse discutida na ONU, o que a Venezuela não aceitou. No entanto, em 2015, a Venezuela retornou sua reivindicação pelo território guianense, logo após a empresa multinacional estadunidense Exxon Mobil localizar vastas reservas de petróleo e gás natural na costa da Guiana Essequiba.

O atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, vem há anos tentando negociar a Guiana Essequiba sem a necessidade de interferências de outros países ou de tribunais internacionais, por conta dos riscos que corre de ser mal interpretado ou até mesmo atacado pelos países que fazem parte do sistema internacional aos quais a Guiana Essequiba se vinculou politicamente.

Os desafios para ambas as nações

A Guiana é o segundo país mais pobre da América do Sul e por esse motivo a resolução deste conflito seria de uma importância ainda maior para eles, visto que a recente descoberta de petróleo na região significaria um boom para a economia do país. A empresa Exxon Mobil é a principal operadora de petróleo na Guiana Inglesa e diz ter encontrado uma reserva petrolífera de mais de 5,5 bilhões de barris pelas águas da região. O embaixador norte-americano na Guiana, Perry Helloway, afirma que em 2025 o Produto Interno Bruto (PIB) vai aumentar entre 300% e 1.000% e a Guiana será o país mais rico do hemisfério ou, potencialmente, do mundo. Apesar desse prognóstico soar improvável ou exagerado, com uma população de 750 mil pessoas, a riqueza per capita dos habitantes tende a realmente disparar.

Mapa 3 — Localização dos campos de exploração da Exxon Mobil no bloco Stabroek.



Fonte: Exxon Mobil, 2018. Disponível em: < <https://infopetro.wordpress.com/2018/02/21/o-conflito-limitrofe-entre-venezuela-e-guiana-pelo-territorio-esequibo-e-suas-recentes-implicacoes-na-geopolitica-petrolifera/> >. Acesso em 14 jun. 2021.

Por outro lado, a descoberta do petróleo e gás em muitos países em desenvolvimento vem mostrando dados excessivos do aumento da corrupção local, além disso, a distribuição justa e bem-sucedida do dinheiro é outro desafio, visto que em alguns casos a uso da riqueza gerada pela exploração do produto foi desperdiçada ou beneficiou apenas uma pequena parcela daquela sociedade, ou seja, a preocupação é sobre qual partido e qual comunidade se beneficiará da exploração dos combustíveis fósseis. Também leva-se em conta o risco de que o aumento das exportações de petróleo culmine em uma valorização excessiva da moeda local, o que prejudicaria a competitividade de outros setores da economia e poderia vir a reduzir o tecido produtivo guianense. Uma opinião:

A definição de áreas para preservação ambiental põe em relação, muitas vezes de modo conflitante, uma demanda geral da sociedade pela conservação dos recursos naturais e paisagens e os usos estabelecidos do lugar, muitos destes, tradicionais. Em relação às áreas protegidas, o espaço objeto de controle explicita-se pela demarcação e pelo estabelecimento de limitação ou impedimento de usos de terra (SAQUET e SPOSITO, 2009, p. 271).

Já num cenário mais amplo e político, um dos maiores desafios são os muitos investimentos estrangeiros que conflitam com os ideais e valores da doutrina bolivariana, que foram a principal base do sistema que estabeleceu o governo do país, com base nisso, até os dias de hoje o processo evolutivo da população não tem dado resultado. Juntamente com esse fator, a falta de integração da região ao restante do país também é uma problemática, existindo uma grande carência de estruturas e comunicações dentro do território, que traz como consequência o grande aumento de instabilidade desde um ponto de vista internacional. Ainda no campo político, vale frisar que as sucessivas mudanças de governo, tanto na Venezuela quanto na Guiana, proporcionaram tensões de maior ou menor nuance na relação entre os dois países, o que será analisado de forma mais detalhada posteriormente.

Sobre os desafios para a Venezuela, sua história apresenta furos e encarecimento na sua política externa, tornando difícil sua eficácia devido à grande crise política econômica e social pela qual tem atravessado nos últimos seis anos. Essa constante instabilidade tem feito com que nos processos diplomáticos a Venezuela não tenha tanta credibilidade, especialmente desde o governo de Nicolás Maduro, sendo visível que as críticas ao governo só aumentam no decorrer dos anos e mostram a fraqueza de sua imagem para o sistema internacional, sofrendo um isolamento e ilegitimidade pela fama fraudulenta com que o presidente chegou ao poder nas eleições, acarretando uma imensa crise migratória, má aceitação por parte da população e de atores internacionais como os Estados Unidos.

Embora a Guiana Inglesa tenha uma considerável incapacidade militar de lutar contra o exército (leia-se FFAA) venezuelano, há a questão desta Guiana ser uma ex-colônia do Reino Unido e simultaneamente um membro da Commonwealth britânica, o que faz com que os ingleses se voltem a favor da mesma, ainda que ela não seja um membro do tratado interamericano de assistência recíproca — organização da qual a Venezuela saiu em 2012. Sendo assim, nas palavras da International Commission on Intervention and States Sovereignty (2001, p. 17) **“há uma avaliação do ponto de vista daqueles que consideram a intervenção, ao invés daqueles que buscam ou necessitam de apoio”**.

A Guiana faz parte desta organização que reúne os Estados americanos desde 1991. Ainda que a organização não possua um perfil militar, seus estatutos permitem intervenções militares em países membros da organização em casos de necessidade. Isso significa que se a Venezuela optar por invadir a Guiana, possui grandes chances de conquistar uma vitória considerável, mas correrá o risco de atrair contra a Venezuela o olhar de países considerados extremamente poderosos como o Reino Unido e principalmente os Estados Unidos, que é membro da Organização dos Estados Americanos.

Os Estados Unidos, por sua vez, já alertaram que o tipo de regime que Nicolás Maduro rege no país aumenta as chances de uma possível intervenção internacional contra a Venezuela caso opte por atacar a Guiana Inglesa. Essa intervenção não envolveria somente os Estados Unidos, mas também o Reino Unido e eventualmente o Brasil.

Análise das perspectivas

O conflito territorial entre Venezuela e Guiana Britânica deu-se pela busca de posse pela Zona em Disputa ou território Essequibo, que faz parte do Planalto das Guianas e é localizado geograficamente entre o rio Cuyuni e o rio Essequibo. Essa zona apresenta uma extensão territorial ampla que faz parte da República Cooperativa da Guiana, entretanto, a Venezuela argumenta a soberania internacionalmente por meio do acordo de Genebra, assinado em 1966. Em 1963, pela primeira vez, a Venezuela reivindicou à ONU o Essequibo, acusando o governo britânico de supostos atos contrários às normas do direito internacional.

Em 2018, a Venezuela já havia interceptado embarcações da Exxon Mobil que invadiram seu território. Dessa vez, o presidente venezuelano Nicolás Maduro determinou a criação de uma Zona Estratégica Especial para aumentar a segurança sobre o Essequibo, decisão que foi reprovada pelo então presidente da República Cooperativa da Guiana, Irfaan Ali. Por conseguinte, a Guiana e Venezuela permanecem disputando quase 160.000 km² localizados a oeste do rio Essequibo, que constituem quase dois terços da ex-colônia britânica, de modo mais abrangente, essa área é reconhecida como muito rica em recursos naturais, onde também há uma zona marítima com recursos petrolíferos.

Principais variáveis

Analizando as estratégias geopolíticas de cada país para se ter conhecimento de que o objetivo de ambos é poder controlar e explorar todos os recursos provenientes da região, por um lado, tem-se a Venezuela defendendo seus direitos de exploração, e por outro, a Guiana com políticas influenciadas pelo sistema internacional e não disposto a abrir mão do território, já que se encontra respaldada pelos Estados Unidos e outras potências mundiais.

No final do século XIX foram reforçadas muitas mediações diplomáticas que resultaram no chamado “Laudo arbitrário de Paris”, envolvendo os Estados Unidos, a Inglaterra e a Rússia, a qual atuou como mediadora. Com isso, a Venezuela foi obrigada a aceitar ser representada por juristas estadunidenses com o resultado decisório sendo bastante desfavorável para o país, o que também favoreceu a anexação da Guiana Essequibo pelos britânicos.

A Venezuela, em 1963, alegou que no início do século o Tribunal Arbitrário de Paris era nulo devido a possível modificação dos mapas apresentados pela delegação britânica. Já em 1966, a Guiana alcança a sua independência, na mesma época em que o Acordo de Genebra é firmado, onde a Venezuela e a Guiana reconhecem o Essequibo como uma zona contestada.

Influência política no cenário do conflito

No meio de um conflito territorial onde os principais aspectos são o caráter jurídico e político, a Venezuela e a Guiana têm mantido a utilização da natureza jurídica na qual se encontra baseada essa disputa. Além disso, tais naturezas procedem uma à outra, como por exemplo as mudanças em sua adaptação no decorrer dos anos, isto é, cada nação de maneira individual tem procurado conseguir e conservar respaldos tanto internacionais quanto domésticos com o mesmo objetivo final de concretizar a posse do território, daí o surgimento da preservação do caráter bilateral apresentado no próprio acordo de Genebra, como retratado no Art. 5º, parágrafo nº 2:

Ningún acto o actividad que se lleve a cabo mientras halle en vigencia este Acuerdo constituirá fundamento para hacer valer, apoyar o negar una reclamación de soberanía territorial en los Territorios de Venezuela o La Guyana Británica, ni para crear derechos de soberanía en dichos Territorios excepto en cuanto a tales actos o actividades sean resultado de cualquier convenio logrado por la Comisión Mixta y aceptado por escrito por el Gobierno de Venezuela y el de Guyana [...] (VENEZUELA, 1981).

A partir daí, quaisquer decisões que sejam tomadas podem gerar um cenário de ameaça para a paz nos próximos anos, seja regional ou internacional, em que veremos um oficialismo que acarretará erros

cruciais no fundamento e na política exterior mantida durante vários anos na base da reclamação e posicionamento de ambos países envolvidos neste conflito.

Discussão

Neste artigo se trabalhou de tal maneira que a disputa histórica entre Venezuela e Guiana Britânica pode ser analisada e potencialmente estudada valorando o seu potencial geopolítico e princípios de interesses, além disso, há a análise sobre como os conflitos bilaterais entre Guiana e Venezuela impõem um ambiente de tensão, envolvendo atores terceiros como os Estados Unidos, Países Baixos e a França. Também foram identificadas as características políticas de ambas partes do conflito, bem como a demonstração dos resultados obtidos dessas políticas aplicadas e como essa escolha teve impacto no Sistema Internacional.

O território em reclamação pertencia à Venezuela no período do domínio da coroa espanhola; então, pode-se analisar que o controle da Venezuela do mesmo era mínimo por causa do domínio dos espanhóis.

Os territórios passaram a formar parte da Guiana, que foi logo ocupada pelos Países Baixos, França e Reino Unido, em um período de tensão por parte do território venezuelano que se encontrava em uma guerra por sua independência. O Reino Unido, por sua vez, aproveitou essa oportunidade para explanar seu controle territorial na Guiana Essequiba.

O tema passou a ser muito debatido quando o assunto foi publicado em 1949 em um *memorandum* póstumo de um advogado da defesa venezuelana no tribunal, Severo Mallet-Prevost, no qual constatava que a arbitragem de 1899 não teve legalidade, já que os integrantes britânicos acordaram com o juiz na época um termo que veio favorecer totalmente a Inglaterra.

Considerações finais

Conclui-se a partir deste artigo que a solução mais adequada e acessível para este conflito seria um acordo entre ambas as partes, que provavelmente implicará numa divisão territorial entre os países envolvidos. Apesar dessa solução proposta já ter sido tentada antes (durante o segundo governo do venezuelano Rómulo Betancourt nos anos 1950) conforme o Tratado de Washington, além de os dois juristas da parte da Venezuela serem norte-americanos, a Venezuela elegeu apenas um, já que o outro foi escolhido pelos Estados Unidos.

Dessa vez, acredita-se num comum acordo, com juristas nacionais e com a Guiana Inglesa já independente e capaz de decidir o melhor para si. Vale ressaltar que o conflito desde seus primórdios não envolveu violência ou confrontação direta, exceto em dois momentos específicos, um no ano de 1996, com a invasão da Ilha de Anacoco e a acusação, por parte dos guianenses, de outras incursões das Forças Armadas venezuelanas na região do Essequibo. O outro momento se deu no ano de 1981, com preparação militar de ambos os lados devido à incerteza causada pelo final do protocolo. Entretanto, momentos como esses se deram principalmente pelo contexto da época, fomentados por uma Venezuela extremamente nacionalista e uma Guiana mais suscetível e caracterizada por uma postura mais passiva, o que não deve se repetir, visto a recente descoberta de petróleo no país e a promessa de que isso pode levar a Guiana Inglesa a ser a nação mais rica do hemisfério Sul, como citado anteriormente.

O apaziguamento desta disputa deve pautar-se na promoção da paz, priorizando um diálogo político e visando o fim definitivo de litígios fronteiriços como esse, que prejudicam em maior intensidade o bem-estar das populações envolvidas. As partes em questão devem procurar antes de tudo chegar a uma solução por negociação, solução judicial, recurso a entidades e acordos regionais ou por outro meio pacífico à sua escolha.

O pacifismo — ou o amplo espectro das abordagens pacifistas, adota uma perspectiva particularmente crítica e contestadora a respeito do equacionamento do conflito através da violência. Como alternativa, as abordagens pacifistas procuram defender ativamente a paz, rejeitar o uso da força e identificar formas radicais de resolver, através de meios não violentos, os problemas gerados pela opressão política, pelas injustiças sociais e pela guerra (BRANCO, 2017, p. 167).

Assim, a instância regional (organização com participação do poder público e dos atores privados) seria a forma mais propícia de lidar com essa questão, já que, por ser de seu grande interesse a resolução da mesma, pode oferecer compensações para os países, seja por projetos de infraestrutura ou investimentos em diversas outras áreas.

A leitura e interpretação do conflito entre Guiana Inglesa e Venezuela implicam uma compreensão mais aprofundada acerca de uma situação ainda não muito explorada nascida na América do Sul, o que abrange uma apropriação e domínio de determinados conceitos e hipóteses que estimulam a criação de um sistema de resolução de conflitos territoriais sul-americanos, bem como sua respectiva importância.

Por fim, a aplicação da proposta do presente artigo se consistiu no momento atual, o qual proporcionou alguns meios para iniciar uma leitura de espaços geográficos interligada aos interesses dos Estados envolvidos através do embate territorial. Ou seja, identificar os elementos territoriais e até mesmo históricos e culturais através de uma perspectiva mais geopolítica pode ajudar no entendimento da proposta centralizada neste trabalho.

Referências

- BRANCO, Carlos; SOUSA, Ricardo Real P.; OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. **Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa e OBSERVARE, 2017.
- DIENER, Alexander C.; HAGEN, Joshua. **Borders: a very short introduction**. Great Britain: Oxford University Press, 2012.
- VITTO, William. Exxon Mobil, 2018. Guyana Project Overview. Disponível em: <http://corporate.exxonmobil.com/en/company/worldwide-operations/locations/guyana/about-us/project-overview>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- Guiana acusa Venezuela de capturar barcos pesqueiros em plena tensão fronteiriça**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/01/4902279-guiana-acusa-venezuela-de-capturar-barcos-pesqueiros-em-plena-tensao-fronteirica.html>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- International Commission on Interventions and State Sovereignty. **The Responsibility to Protect**. Ottawa: IDRC Books, 2001. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS1201supplement.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- LASCHEFSKI, K. **Nachhaltige Entwicklung durch Forstwirtschaft in Amazonien? Geographische Evaluierungen des Forest Steward Council**. Tese de Doutorado – Universität Heidelberg, 2002. Disponível em: <http://www.ub.uniheidelberg.de/archiv/2975>. Acesso em: 21 out. 2021.
- MARTÍNEZ, Mario. **Venezuela y Guyana: Bilateralidad y Fronteras**. Em: REFORMATAÇÕES FRONTEIRIÇAS NO PLATÔ DAS GUIANAS: (re) territorialidades de cooperações em construção. 2011.
- MAYBIN, Simon. **Será que a Guiana conseguirá evitar ‘maldição do petróleo’ e virar o país mais rico do mundo?**. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48248559>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- Misión Verdad, 2021. Disponível em: <https://misionverdad.com/file/899>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- NETO, Walter. **A QUESTÃO FRONTEIRIÇA ENTRE GUIANA E VENEZUELA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL. Conjuntura Austral**, Porto Alegre, vol. 3, n. 12, jun./jul. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/335027739.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.
- PAASI, A. **Bounded spaces in a ‘borderless world’**: border studies, power and the anatomy of territory. In: Journal of Power, 2:2, 213-234, 2009.
- POUYLLAU M. et D. **Géopolitique et géostratégies du Venezuela**, Hérodote n° 27, 4ème trimestre, Paris, 1982. p. 125-153. República de Venezuela, Ministerio de Relaciones Exteriores. **Historia Oficial de la Discusión entre Venezuela y la Gran Bretaña**. Sobre sus límites en Guyana. Colección Fronteras, Tomo 6. Editorial Arte, Caracas. 1981.
- SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu. **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES, TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS**. In: _____ (org.) HEIDRICH, Álvaro. **CONFLITOS TERRITORIAIS NA ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DA NATUREZA**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271.
- SILVA, C. A. B. **Região do Essequibo**: atualidade de uma reivindicação territorial venezuelana. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, Boa Vista, UERR, v. 1, n. 1, p. 9-18, 2006.
- TAYLOR, Peter. **Geografía Política**. Trama Editorail S.L. Madrid, 1994.
- The Economist, 2020. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/essequibo-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana-poss%C3%ADveis-impactos-para-o-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2021.



CLEPSIDRA – CRONOLOGIA DA PENÍNSULA IBÉRICA (FINAL)

RICARDO COSTA

1401 — É aberto um banco do Estado em Barcelona. Cortes em Portugal. Casamento de D. Beatriz, filha única de Nuno Álvares Pereira — prior da Ordem do Hospital — com o filho bastardo de D. João I de Portugal, D. Afonso, que recebeu do sogro o condado de Barcelos e um significativo patrimônio. Em Portugal, confirmação dos privilégios da feira de Fonte Arcada.

1402 — Acordo de 1402 entre Portugal e Castela — paz por 10 anos. Em Portugal, Lei discriminatória contra os judeus. D. João I procede a uma cuidadosa revisão da constituição do rabinato (criada em Portugal desde o reinado de Afonso III) devido a queixas de lisboetas contra o rabino-mor D. Judá Cohen.

1403 — Fome em Portugal.

1404 — Em Portugal, antes desse ano, confirmação dos privilégios das feiras de Prado e Caria.

1404-1406 — Papado de Inocêncio VII, de Sulmona.

1405 — Nascimento de João II de Castela, filho de Henrique III de Castela. O infante D. Afonso acompanha sua irmã D. Beatriz à Inglaterra, que fora casar com o conde de Arundel (aliança entre Portugal e a Inglaterra).

1406 — Morte de Henrique III, 13o. rei de Castela, filho de João I de Castela. O infante D. Afonso sai de Portugal com destino a Jerusalém, acompanhado por uma centena de cavaleiros. Passou por Castela, Aragão, França, Veneza e Sacro Império, tendo sido recebido pelo imperador Roberto.

1406-1415 — Papado de Gregório XII, veneziano.

1406-1454 — Reinado (14o.) de João II de Castela, filho de Henrique III de Castela.

1407 — Em Lisboa, juízes por El-Rei substituem os juízes eleitos (intervenção do poder central. Em Portugal, confirmação dos privilégios da feira de Feira.

1408 — Cortes em Portugal. O infante D. Afonso, regressando ao Ocidente após ter ido a Jerusalém, passa por Ferrara.

1408-1425 — Reinado (14o.) de Youcef III, de Granada.

1409-1410 — Antipapa Alexandre V, cretense.

1410 — Valladolid, e depois outras cidades, influenciadas pela eloquência do santo e fanático Vicente Ferrer, ordenaram o confinamento dos judeus e dos mouros em quarteirões determinados (Judería ou Alhama), cujas portas deveriam ser fechadas do pôr-do-sol até o amanhecer. Morte de Martin I, o Humano, 16o. rei de Aragão. Cortes em Portugal. (?) O infante D. Afonso combate os turcos ao lado do imperador Segismundo. (Outubro) O infante D. Afonso passa novamente por Veneza. O infante D. Fernando luta contra os muçulmanos do reino de Granada e toma Antequera.

1410-1415 — Antipapa João XXIII, napolitano.

1411 — Acordo de Segóvia entre Portugal e Castela, que pôs fim definitivo às hostilidades entre os dois reinos ibéricos. D. João I de Portugal ficava rei de um Portugal restituído às fronteiras de 1297. Até esse ano, Portugal vive — desde o início do reinado de João I de Avis (1385) — praticamente em guerra. A conquista de Granada é discutida em Portugal. (20.03.1411) A bula Eximie Devociones do antipapa João XXIII responde de modo afirmativo ao pedido de D. João I de Portugal de ajuda, por parte das ordens militares, a qualquer forma de guerra justa. (?) O infante D. Afonso em Portugal após peregrinação à Terra Santa.

1412 — Em Portugal, Lei discriminatória contra os judeus. Em Portugal, confirmação dos privilégios das feiras de Barcelos, Salzedas e Batalha (?). (?) D. João de Portugal associa ao trono seu filho e herdeiro, D. Duarte, um jovem de 21 anos (futuro rei D. Duarte I de Portugal), e atribui gradualmente lugares de comando e fontes de rendimento aos outros infantes, D. Pedro e D. Henrique, dando a eles a direção dos negócios externos do Reino. Negociações entre Portugal e Castela a respeito de auxílio contra Granada. Começa a ser preparada a expedição militar a Ceuta. Em todo o processo tiveram ação decisiva (além do rei, dos infantes e dos principais senhores feudais do reino) o vedor da Fazenda (João Afonso de Alenquer), o prior do Hospital (Álvaro Gonçalves Camelo) e o capitão-mor do Mar (Afonso Furtado de Mendonça).

1412-1414 — Fome em Portugal.

1412-1416 — Reinado (17o.) de Fernando I, de Aragão (irmão de João II de Castela).

1413-1422 — Henrique V, rei da Inglaterra.

1414 — Em Lisboa, juízes por El-Rei substituem os juízes eleitos (intervenção do poder central).

1414-1416 — Peste em Portugal.

1415 — (25.07) Parte de Lisboa uma frota militar com destino a Ceuta (mais de 200 embarcações e 20.000 homens, incluindo navios e mercenários flamengos, bretões, ingleses e outros). Faz escala em Lagos, Faro e Algeciras. (21.08) Desembarque português em Ceuta. (22.08) Conquista portuguesa de Ceuta, no Marrocos, comandada pelos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. (01.09) Regresso da frota portuguesa de Ceuta, ficando na cidade uma guarnição de 2.700 homens chefiados por 40 membros da nobreza chefiado por D. Pedro de Meneses. Casamento da filha de D. João I de Portugal, a infanta D. Isabel (que se casara em 1405 com o conde de Arundel) com o barão de Irchenfield (manutenção da aliança entre Portugal e Inglaterra).

1416 — Morte de Fernando I, 17o. rei de Aragão.

1416-1458 — Reinado (18o.) de Afonso V, o Magnânime, de Aragão (filho de Fernando I de Aragão).

1417 — Em Portugal, confirmação dos privilégios das feiras de Lanhoso (?) e Pena.

1417-1418 — Reforçam-se as posições defensivas portuguesas em Ceuta com o auxílio inglês. (04.04) Bula de cruzada do papa Martinho V, Rex Regum, onde Portugal recebe as rendas da Ordem de Santiago.

1418 — (22.01) Estreitamento de laços diplomáticos entre Portugal, o Império e o reino da Hungria: doação da marca de Treviso, como feudo, ao infante D. Pedro. Isso implicou uma estadia de senhores e cavaleiros portugueses na região, entre os quais Álvaro Gonçalves de Ataíde, valido do infante. (08.10) Bula papal In apostolice Dignitatis Specula: D. João I de Portugal consegue junto ao papado a concessão para seu filho, o infante D. João, ao posto de mestre da Ordem de Santiago. Portugal conquista a ilha de Madeira. Fome em Portugal.

1419 — (13 e 18.08) Forças marroquinas e granadinas cercam Ceuta. (Setembro) Um contingente de socorro a Ceuta parte de Portugal, chegando à cidade quando um novo assédio estava em curso. Após duas semanas, os aliados muçulmanos, incapazes de reconquistar Ceuta, levantam o cerco.

1419-1421 — Conquista portuguesa das ilhas da Madeira e do Porto Santo, após expedições de João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo.

1420 — (Março) O infante D. Henrique, em Ceuta até esse mês (desde 1415), projetou capturar Gibraltar, não conseguiu devido a um temporal. Em Portugal, confirmação dos privilégios da feira de Tomar (sede da antiga Ordem do Templo, agora de Cristo). (25.05) Bula papal In apostolice Dignitatis Specula (homônima da de 1418): D. João I de Portugal consegue junto ao papado a concessão para seu filho, o infante D. Henrique, o Navegador, ao mestrado da Ordem de Cristo.

1422 — Em Portugal, hiperinflação: o marco de prata sobe para 5.000 libras (36 libras em 1384, 330 em 1399). Desde esse ano (ou até antes), expedições portuguesas à costa da África.

1422-1427 — Fome em Portugal.

1422-1433 — Conquista portuguesa da costa da África até o cabo Bojador.

1422-1461 — Carlos VII, rei da França. Henrique VI, rei da Inglaterra.

1423 — Peste em Portugal.

1425 — Nascimento de Henrique IV de Castela, filho de João II de Castela. Morte de Carlos III, o Nobre, 21o. rei de Navarra. (?) O infante D. Pedro escreve uma carta ao irmão co-governador e futuro rei Afonso V. (Setembro) O infante D. Pedro vai a Inglaterra. (Dezembro) O infante D. Pedro em Flandres.

1425-1427 — Reinado (15o.) de Maomé VII, de Granada.

1425-1430 — Contra-antipapa Bento XIV, de Avignon.

1425-1479 — Reinado (22o.) da rainha Branca e do rei D. João, de Navarra.

1426 — Carta escrita de Bruges pelo infante D. Pedro ao irmão, o infante D. Duarte: “Portugal era terra que dava vontade de emigrar e que não atraía ninguém”. Em Portugal, hiperinflação: o marco de prata sobe para 28.000 libras (36 libras em 1384, 330 em 1399, 5.000 em 1422). O marco de ouro sobe de forma correspondente. Em Portugal, confirmação dos privilégios da feira de Montemor-o-Velho. (Fevereiro) O infante D. Pedro no Sacro Império (passa por Colônia, Nuremberg e Regensbruck). (Março) O infante D. Pedro em Viena. Permanece ao serviço do imperador Segismundo durante dois anos, combatendo contra os turcos, estacionando na Hungria e na Valáquia.

1427 — Reinado (16o.) de Maomé VIII, de Granada. Cortes em Portugal: uma concordata de 94 capítulos suscitada pelo clero consagra, a contragosto dos prelados e em proveito da monarquia, normas e limites às ambições clericais (Lei Mental — ver 08.04.1434). Expedição portuguesa (Diogo de Silves) aos Açores.

1427-1431 — Reinado (17o.) de Maomé VII (reentronado), de Granada.

1427-1432 — Conquista portuguesa dos Açores.

1428 — O herdeiro do trono de Portugal, o infante D. Duarte casa-se com a infanta D. Leonor de Aragão. (Março) O infante D. Pedro inicia viagem de volta a Portugal, passando por Veneza, Ferrara, Florença e Roma. (Junho) O infante D. Pedro parte de Pisa, por mar, rumo à Península Ibérica. Demorou-se no reino de Aragão até o final de Agosto. (Setembro) O infante D. Pedro atravessa Castela e entra em Portugal.

1428-1429 — Aliança entre Portugal e Aragão: duplo casamento dos infantes D. Duarte e D. Pedro com princesas aragonesas.

1429 — Peste em Portugal. O infante de Portugal D. Pedro casa-se com a filha do conde de Urgel.

1430 — Aliança entre Portugal e Borgonha: casamento da filha de D. João I de Portugal, D. Isabel, com o poderoso duque de Borgonha, Filipe, o Bom.

1431 — Reinado (18o.) de Ebn Alhamar, de Granada.

1431-1432 — Expedição portuguesa (Gonçalo Velho) aos Açores.

1431-1447 — Papado de Eugênio IV, veneziano.

1432 — (15.01) Nascimento de Afonso (futuro Afonso V de Portugal, o Africano), filho do infante D. Duarte de Portugal e D. Leonor de Aragão. (11.08) Pacto de Torres Novas assinado entre Portugal e Aragão: resolução da querela entre o condestável castelhano D. Álvaro de Luna e os “infantes de Aragão”, D. Henrique e D. Pedro (Portugal foi o medianeiro).

1432-1433 — Peste em Portugal.

1432-1445 — Reinado (19o.) de Maomé VII (reentronado), de Granada.

1433 — (13.08) Morte de D. João I de Portugal, de Boa Memória, em Lisboa, aos 76 anos de idade e 48 de reinado (“...prestigiado, amado e chorado pelos seus súbditos” — A. H. de Oliveira Marques). (Novembro-dezembro) Cortes de Leiria (depois transferidas para Santarém), as primeiras do reinado de D. Duarte I (nelas os deputados afirmam serem as pestes um traço habitual do perfil do reino). Expedição portuguesa na costa africana. Negociações entre Portugal e Castela (conseqüência do Pacto de Torres Novas, de 1432). A política portuguesa da guerra na África (interrompida pelos custos da manutenção de Ceuta e o agravamento da inflação em Portugal) é retomada.

1433-1438 — (14.08) Reinado de D. Duarte de Portugal, o Eloquentemente (2o. da dinastia de Avis) — assume o trono aos 42 anos de idade (escreve um tratado de desporto: Ensinança de bem cavalgar toda a sela).

1434 — (02.03) Em Portugal, novos regimentos dos juizes dos Órfãos. (22.03) Em Portugal, novos regimentos dos juizes dos Contos. (08.04) Em Portugal, a Lei Mental (reforma na administração pública: lei sobre a justiça, o senhorialismo e as terras da coroa, com a exceção da casa de Barcelos — pertencente pela doação de 1401 ao filho bastardo de D. João I de Portugal, D. Afonso). (10.04) Em Portugal, novos regimentos dos Capitães de Ceuta. (02.05) Em Portugal, proibição de cartas senhoriais de privilégios. (?) Uma nova frota militar terá sido organizada em Portugal com um objetivo: as Canárias. Expedição portuguesa na costa africana. Negociações entre Portugal e Castela (conseqüência do Pacto de Torres Novas, de 1432).

1435 — (02.09) Em Portugal, novos regimentos dos juizes de Monteiro-Mor. (?) É fundado o seguro marítimo na Espanha. Início do saneamento da moeda portuguesa: D. Duarte I de Portugal faz cunhar as primeiras moedas de ouro e de boa prata que se viam desde os tempos de D. Fernando: o escudo e o real. Concílio de Basiléia: os castelhanos (o bispo de Burgos, Alonso de Cartagena) argumentam ao papa sobre os portugueses e a questão das Canárias. Expedição portuguesa na costa africana.

1436 — (06.01) Em Portugal, novos regimentos dos Besteiros do Conto. (20.01) Em Portugal, Leis sobre portagem. (Março) Cortes de Évora, a segunda do reinado de D. Duarte I de Portugal. Objetivo: obter fundos para a projetada expedição a Marrocos. (19.08) Em Portugal, Leis sobre judeus. (08.09) Bula papal Rex Regum: o papa Eugênio IV concede a D. Duarte I de Portugal os direitos e os privilégios de cruzada contra o Islã. (15.09) Bula papal Romanus Pontifex: Eugênio IV concede as Canárias a Portugal. (06.11) Bulas Romani Pontificis e Dudum cum ad nos: o papa Eugênio IV, por pressão da coroa castelhana, volta

atrás na bula de 15.09 e a revoga. (05.12) Em Portugal, Leis sobre judeus. Expedição portuguesa na costa africana.

1436-1441 — Fome em Portugal.

1437 — (08.02) Em Portugal, novos regimentos das Valas. (13.04) Em Portugal, restrições a certas exportações. (03.08) Em Portugal, restrições a certas exportações. (27.08) D. Duarte I de Portugal prepara uma frota com 6.000 a 7.000 homens que se reuniu em Ceuta, tendo como chefe da expedição o infante D. Henrique. (13.09) Ataque português a Tânger: os marroquinos conseguem repelir todos os assaltos, passando em seguida à ofensiva. (12.10) O infante D. Henrique decide pela rendição em Tânger, comprometendo-se a restituir Ceuta. Como penhor da entrega, o infante D. Fernando, o infante Santo, mestre de Avis, ficou em poder dos muçulmanos. (17.10) A expedição militar portuguesa derrotada em Tânger regressa a Portugal, via Ceuta. (?) Expedição portuguesa na costa africana.

1437-1441 — Peste em Portugal.

1437-1439 — Em Portugal, epidemia de peste.

1438 — (Janeiro-fevereiro) Cortes de Leiria (terceira e última do reinado de D. Duarte I de Portugal). Objetivo: tratar da liberdade do infante D. Fernando e da possível cedência de Ceuta aos mouros. (Março) O infante D. Henrique permanece até esse mês em Ceuta, instalando-se a seguir no Algarve. (09.09) Epidemia de peste em Portugal: morte do rei D. Duarte I de Portugal, o Eloquentemente, de peste (reinou apenas cinco anos). Seu filho, D. Afonso tem apenas 6 anos; o país é governado pela viúva, D. Leonor de Aragão (regência). (Novembro) Cortes de Torres Novas: Regimento do Reino de 1438: proposta do infante D. Henrique; é uma constituição destinada a vigorar até que D. Afonso atinja a maioridade política, em 1446. Estabelece que o poder seja partilhado pela rainha, pelo infante D. Pedro, duque de Coimbra, pelo conde de Arraiolos e por umas "cortes restritas" de celebração anual. Assim, D. Leonor foi regente sozinha por apenas 3 meses. Em Portugal, carta régia de proteção aos bretões.

1438-1439 — Alberto II, rei alemão.

1438-1439 — Regência de D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte I de Portugal.

1438-1441 — Em Portugal, maus anos agrícolas e o espectro da fome.

1439 — Os Açores começam a ser povoados. (Julho) Começam as divergências abertas entre D. Leonor de Castela e D. Pedro, duque de Coimbra, por motivo da nomeação de um servidor do arcebispo de Braga para escrivão da Câmara do Porto. (Setembro) Agitações em Lisboa, semelhantes às de 1383-1385. (Dezembro a Janeiro 1440) Cortes de Lisboa: o regimento de Torres Novas é anulado e o infante D. Pedro, duque de Coimbra, é declarado por pressão do povo "Regedor e Defensor do Reino", tal como o pai. Mais tarde, é também designado tutor e curador do rei. A rainha tenta resistir, auxiliada por forças internas e pela promessa de ajuda de seus irmãos de Aragão. Foge para Castela, é despojada de seus bens e morre em Toledo (1445). O regente D. Pedro faz uma declaração pró-nobiliárquica nas Cortes de Lisboa, além de recusar o oferecimento de uma estátua sua nos estaus da capital.

1439-1448 — Regência do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

1440 — (1o. Semestre) Aliança entre o infante D. Pedro e os adversários dos infantes de Aragão: Um contingente de 200 homens sob o comando de D. Duarte de Meneses entra em Castela para ajudar o mestre de Santiago, Gutierre de Sotomayor (partidário de A. Álvaro de Luna) e destrói Zalamea de la Serena (Badajoz), reforçando as guarnições dos castelos de Magacela e Benquerencia de la Serena (Badajoz). (09.05) Os irmãos do regente D. Pedro são nomeados fronteiros para as zonas ameaçadas de invasão: D. Henrique para a Beira, D. João para o Alentejo e D. Afonso para o Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes. (Setembro) O marechal Vasco Fernandes Coutinho (inimigo do regente D. Pedro desde o início) é promovido a 1o. Conde de Marialva. (Outubro) D. Leonor de Castela, a rainha viúva de Portugal, busca refúgio em Sintra, depois em Almerim, e por fim em Ponte de Sor e no Crato, terras da Ordem do Hospital, cujo prior, D. Frei Nuno Gonçalves de Góis a apoiava. (Dezembro) D. Leonor de Castela, sentindo-se sem apoio interno, abandona o país, acolhe-se em Albuquerque e solicita o auxílio dos irmãos. O infante D. Pedro é proclamado regente.

1440-1493 — Frederico III, rei alemão.

1441 — (09.03) Em Portugal, Lei sobre a moeda. (25.05) Esponsais entre a filha do regente D. Pedro, D. Isabel e o rei, D. Afonso V de Portugal. O matrimônio só se consumará em 06.05.1447, dada a tenra idade dos esposados. (Novembro) O regente e infante D. Pedro procura seu meio-irmão, o conde de Barcelos, em Lamego para um acordo, e evita uma guerra civil em Portugal (sobre a questão do exílio da rainha, D. Leonor de Castela). O conde havia firmado um pacto com o infante de Aragão, D. Henrique e com o rei de Navarra, também irmão da rainha.

1442 — (27.04) Em Portugal, Regimento do Monteiro-Mor. (30.09) Em Portugal, Lei sobre processo cível. (18.10) Súbito falecimento do infante D. Diogo, filho do recentemente falecido infante D. João: ambos detinham o cargo de condestável. (Novembro?) D. Afonso é feito 1o. Duque de Bragança, sendo-lhe aumentado consideravelmente o patrimônio senhorial.

1443 — (Janeiro) Nomeação do filho primogênito do regente D. Pedro, D. Pedro, de 12 anos, para condestável. (31.01) Em Portugal, Lei sobre alcaldes e prisões. (03.03) Em Portugal, Regimento do Chanceler-Mor. (05.06) Falecimento, no cativo, do infante D. Fernando, mestre da Ordem de Avis (que havia sido derrotado em Tânger, em 1437, ficando preso desde então). Em Portugal, carta régia de proteção aos ingleses. 1444 — (29.03) Nomeação do filho primogênito do regente D. Pedro, D. Pedro, para o mestrado de Avis. (23.05) O infante D. Fernando, jovem irmão do rei, é nomeado pelo regente D. Pedro mestre da Ordem de Santiago (que do infante D. João passara a seu filho D. Diogo). Em Portugal, carta régia de proteção aos bretões e ingleses.

1445 — (18.02) Morte de D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte de Portugal, em Toledo. Fim do problema da regência de D. Pedro. (23.03) Em Portugal, repressão aos abusos dos donatários. (19.05) Vitória de Olmedo: D. Álvaro de Luna assegura ao regente de Portugal a paz definitiva para a questão de sua regência. (18.08) O conde de Arraiolos, D. Fernando, filho do duque de Bragança, é feito governador de Ceuta. Casamento de Joana, irmã de Afonso (V) de Portugal, com Henrique IV de Castela. Em Portugal, carta régia de proteção aos bretões, castelhanos, biscainhos e galegos.

1445-1446 — Fome em Portugal.

1445-1454 — Reinado (20o.) de Ebn Ostman, de Granada.

1446 — (Janeiro) Cortes de Lisboa: maioria legal de Afonso V de Portugal (D. Pedro é mantido no governo). Oposição do duque de Bragança à D. Pedro. (09.10) D. Sancho de Noronha (inimigo fidalgal do regente D. Pedro), irmão do arcebispo de Lisboa, recebe o título de 1o. Conde de Odemira. (28.07) Em Portugal, o regente do reino e duque de Coimbra, D. Pedro, promulga as Ordenações Afonsinas, primeiro código jurídico geral dos portugueses, cuja compilação tinha sido empreendida pelo rei D. Duarte. Em Portugal, carta régia de proteção aos castelhanos, biscainhos e galegos. Em Portugal, mau ano agrícola. Participação dos mestrais na Câmara de Tavira.

1447 — Reunião prelatia em Portugal. Casamento de D. Isabel, filha do infante D. João (e sobrinha do rei D. Duarte), mestre de Santiago, com o rei João II de Castela (segundas núpcias). D. Leonor de Aragão recebe Sintra de D. Duarte, como arra

1447-1455 — Papado de Nicolau V, de Sarzana.

1448 — (04.03) Em Portugal, a Legislação sobre coutos. Em Portugal, carta de proteção aos ingleses. (11.07) D. Pedro (ex-regente), dispensado pelo sobrinho, o rei D. Afonso V de Portugal, abandona o poder e retira-se para o seu ducado. (Setembro) Face às reclamações dos antigos partidários da rainha D. Leonor de Castela, D. Afonso V de Portugal ordena as confirmações das terras, bens e ofícios recebidos desde o falecimento de D. Duarte I de Portugal.

1448-1453 — Epidemia de peste em Portugal.

1448-1481 — Reinado de Afonso V, o Africano, de Portugal.

1449 — (Abril) D. Pedro impede a passagem pelo seu feudo das forças armadas do duque de Bragança (seu inimigo), chamado a Lisboa pelo rei. Afonso V de Portugal rompe abertamente com D. Pedro, acusando de desobediência, e ordena a prisão de seus partidários. (05.05) O duque de Coimbra parte em direção à Corte (e à morte). (19.05) Batalha de Alfarrobeira (entre o rei Afonso V de Portugal e seu tio e ex-regente, D. Pedro), perto de Lisboa: morte do infante D. Pedro, ex-regente do reino.

1450-1455 — Negociação e casamento de D. Beatriz, filha do infante D. Pedro, com Adolfo Von Kleve.

1451 — Portugal relembra D. João I de Avis como o "pai dos portugueses". Cortes em Portugal — as primeiras do pós-regência. Em Portugal, o conde de Ourém passa a 1o. Marquês de Valença. Casamento da infanta D. Leonor (irmã do rei Afonso V de Portugal) com o imperador alemão Frederico III.

1452 — Nascimento de Fernando II de Aragão (futuro 20o. rei).

1452-1455 — Fome em Portugal.

1453 — O infante D. Fernando, irmão do rei, recebeu o título de 1o. duque de Beja.

1454 — Morte de João II, 14o. rei de Castela, filho de Henrique III de Castela.

1454-1456 — Reinado (21o.) de Ebn Ismail, de Granada.

1454-1474 — Reinado (15o.) de Henrique IV de Castela, filho de João II de Castela.

1455 — Cortes em Portugal. O papa Calisto III manda tanger à cruzada contra os turcos todos os sinos cristãos. Em Portugal, o conde de Arraiolos passa a marquês de Vila Viçosa. Casamento de D. Joana, irmã de Afonso V de Portugal, com o rei Henrique IV de Castela.

1455-1456 — Afonso V de Portugal faz equipar navios e recruta homens de armas com o objetivo de intervir no Mediterrâneo para uma cruzada contra os turcos. Com essa finalidade, uma frota luso-italiana parte para o Levante.

1455-1458 — Papado de Calisto III, valenciano.

1456 — Afonso V de Portugal revoga (brevemente) o "beneplácito régio" instituído por D. Pedro I de Portugal quando este era ainda infante (ver ano 1355). Cortes em Portugal. Casamento de D. João, filho do infante D. Pedro, com Carlota de Lusignan, rainha de Chipre. D. Jaime, filho do ex-regente D. Pedro, ascende a cardeal na Itália, além de arcebispo de Lisboa (embora nunca tenha regressado a Portugal).

1456-1458 — Peste em Portugal.

1456-1482 — Reinado (22o.) de Moulay Hacem, de Granada.

1457 — Afonso V de Portugal decide combater em Marrocos. Surge em Portugal os cruzados de ouro quase puro (23 3/4 quilates), entrando em circulação uma boa moeda de prata (real grosso e meio real grosso).

1458 — (30.09) Uma frota de 220 velas parte do Sado e de outros pontos da costa portuguesa levando o rei, o idoso infante D. Henrique e a fina flor da nobreza portuguesa. (16.10) Os portugueses chegam ao Marrocos e atacam Alcácer Ceguer. (18.10) Conquista portuguesa de Alcácer Ceguer. (24.10) Alcácer Ceguer é integrado às conquistas portuguesas. (Novembro) Os marroquinos tentam reconquistar Alcácer Ceguer. Morte de Afonso V, o Magnânime, 18o. rei de Aragão.

1458-1464 — Papado de Pio II, sienês.

1458-1479— Reinado (19o.) de João II, de Aragão.

1459 — Assembléias parlamentares em Portugal. (Março a Julho) Os portugueses fortificam Alcácer Ceguer. (Julho) Durante 53 dias os marroquinos cercam Alcácer Ceguer (pela segunda vez). Participação dos mestrais na Câmara de Évora.

1459-1461 — Fome em Portugal.

1460 — Morte do infante D. Henrique. D. Álvaro de Castro recebe o título de 1o. conde de Monsanto. (Verão) É preparada outra expedição portuguesa ao Marrocos, que falha.

1461-1483 — Luís IX, rei da França. Eduardo IV, rei da Inglaterra.

1463 — (?) D. Fernando, filho do segundo duque de Bragança recebe o título de conde de Guimarães. (Novembro) Mais uma expedição portuguesa é preparada ao Marrocos, e também falha (D. Afonso V com um contingente de 10.000 homens tenta apoderar-se de Tânger, e demora-se em Ceuta até março de 1464).

1463-1464 — Portugal tenta conquistar Tânger, mas desiste.

1464 — D. Henrique de Meneses recebe o título de 1o. conde de Valença. (Março) Afonso V de Portugal esteve em risco de ser capturado ou morto pelos marroquinos, e é salvo por D. Duarte de Meneses, que morre no recontro. Uma expedição portuguesa (3a.) é preparada ao Marrocos que também falha. D. Pedro, condestável do reino de Portugal e mestre da Ordem de Avis aceita um convite para se candidatar ao reino de Aragão e parte, mesmo contra a vontade do rei Afonso V. Peste em Portugal.

1464-1466 — Intervenção portuguesa na Catalunha e breve realeza do condestável D. Pedro, mestre de Avis e filho do ex-regente D. Pedro, vencido em Alfarrobeira (1449). A Ordem de Avis e seus freires apóiam a causa do condestável D. Pedro.

1464-1471 — Papado de Paulo II, veneziano.

1465 — Assembleias parlamentares em Portugal.

1466 — Pero Vaz de Melo recebe o título de 1o. conde de Atalaia. Morte de D. Pedro, mestre de Avis e pretendente ao trono de Aragão.

1467-1468 — Fome em Portugal.

1468 — Assembleias parlamentares em Portugal.

1469 — O infante D. Fernando conquista Anafé (atual Casablanca), mas logo abandona, por situar-se desconfortavelmente ao sul. D. Afonso, filho do segundo duque de Bragança recebe o título de 1o. conde de Faro.

1470 — D. Fernando, filho do segundo duque de Bragança recebe o título de duque de Guimarães.

1471 — Discurso dos povos portugueses, afirmando que Santa Joana não podia escolher a vida monástica. (15.08) Afonso V parte de Lisboa com frota de ataque (mais de 477 embarcações e quase 30.000 homens). (20.08) A expedição ancora em Arzila. (24.08) Portugal conquista Arzila e ocupa a praça tangerina — os mouros a abandonaram. (28.08) Afonso V, conquista Tânger. Com essas conquistas africanas intitula-se "Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em África" (era dono de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger). D. Afonso de Vasconcelos recebe o título de 1o. conde de Penela. D. Henrique de Meneses recebe o título de 1o. conde de Loulé. D. João Galvão, bispo de Coimbra, recebe o título de 1o. conde de Santa Comba.

1471-1484 — Papado de Sisto IV, de Savona.

1472 — D. João Galvão, bispo de Coimbra e 1o. conde de Santa Comba, recebe o título de 1o. conde de Arganil. Peste em Portugal.

1472-1473 — Cortes de Coimbra-Évora. Fome em Portugal.

1473-1478 — D. João, filho do segundo duque de Bragança, 1o. marquês de Montemor-o-Novo.

1473 — D. Leonor, ainda infanta, recebe Sintra de D. João II de Portugal, como arra.

1474 — (Dezembro) Morte de Henrique IV, 15o. rei de Castela, filho de João II de Castela.

1474-1504 — Reinado de Isabel e Fernando V, reis da Espanha.

1475 — Afonso V de Portugal entrega ao príncipe D. João o pelouro das navegações e comércio atlânticos. Com a morte de Henrique IV de Castela, Afonso V de Portugal volta-se para a Península Ibérica e acaricia a idéia de tornar-se imperador das Espanhas: invade Castela (Batalha do Toro) e sofre uma derrota. D. João Fernandes da Silveira recebe o título de 1o. barão de Alvito. Lopo de Albuquerque recebe o título de 1o. conde de Penamacor. Participação dos mesteiros na Câmara do Porto (com direito a voto).

1475-1478 — Fome em Portugal.

1476 — Leonel de Lima recebe o título de 1o. visconde de Vila Nova de Cerveira. Lopo de Almeida recebe o título de 1o. conde de Abrantes. D. Pedro Álvares de Soto Maior recebe o título de 1o. conde de Caminha. Rui de Melo recebe o título de 1o. conde de Olivença.

1477-1494 — Peste em Portugal.

1479 — Reinado (23o.) da rainha Leonor, de Navarra. Morre no mesmo ano. Morte de João II, 19o. rei de Aragão

1479-1481 — Reinado (24o.) de Francisco Febo, de Navarra.

1479-1516 — Reinado (20o.) de Fernando II de Aragão.

1481 — Morte de Francisco Febo, 24o. rei de Navarra. Na Vila de Sintra, morte de Afonso V, o Africano, de Portugal, aos 49 anos de idade.

1481-1482 — Cortes de Évora-Viana — as primeiras de D. João II de Portugal.

1481-1495 — Reinado de D. João II de Portugal.

1481-1512 — Reinado (25o.) de Catarina (e D. João de Aragão), de Navarra.

1482-1492 — Reinado (23o.) de Abou Abdilehi (Boabdil), de Granada.

1483 — Eduardo V, rei da Inglaterra.

1483-1485 — Ricardo III, rei da Inglaterra.
1483-1498 — Carlos VIII, rei da França.
1484-1488 — Fome em Portugal.
1485-1509 — Henrique VII, rei da Inglaterra.
1490-1491 — Fome em Portugal.
1492 — Através de Bragança entram muitos judeus fugitivos de Castela.
1494-1496 — Fome em Portugal.
1495-1521 — Manuel I, rei de Portugal.
1498 — Criação da confraria de Nossa Senhora da Misericórdia de Lisboa, por iniciativa de D. Leonor, regente durante a ausência de seu irmão, D. Manuel I, que se encontrava em Castela.
1497 — Em Portugal, conversão forçada dos judeus. Em Bragança, predominam os cristãos-novos.
1498-1515 — Luís XII, rei da França.
1504-1506 — Reinado (2o.) de Filipe I e rainha Joana, da Espanha.
1506-1516 — Regência de Fernando V da Espanha.
1509-1547 — Henrique VIII, rei da Inglaterra.
1512 — Junção dos reinos de Castela e Aragão. O rei de Portugal, D. Manuel, confirma o foral de Amieira do Crato à Ordem do Hospital.
1515-1547 — Francisco I, rei da França.
1516 — Morte de Fernando II, 20, rei de Aragão.
1516-1517 — Regência do Cardeal Cisneros, da Espanha.
1516-1556 — Carlos I, rei da Espanha.
1521-1557 — João III, rei de Portugal.
1547-1553 — Eduardo VI, rei da Inglaterra.
1547-1559 — Henrique II, rei da França.
1553-1558 — Maria I, rainha da Inglaterra.
1556-1598 — Filipe II, rei da Espanha.
1557-1578 — Sebastião I, rei de Portugal.
1558-1603 — Elizabeth I, rainha da Inglaterra.
1559-1560 — Francisco II, rei da França.
1560-1574 — Carlos IX, rei da França.
1564-1576 — Maximiliano II, rei alemão.
1574-1589 — Henrique III, rei da França.
1576-1612 — Rodolfo II, rei alemão.
1578-1580 — Henrique (cardeal), rei de Portugal.
1580-1598 — Filipe da Espanha, rei de Portugal.
1589-1610 — Henrique IV, rei da França.
1598-1621 — Filipe III, rei da Espanha.

Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Porto: Portucalense Editora S.A.R.L., vol. I, 1967.
DELORME, Jean. As grandes datas da Idade Média (395-1492). Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.
CARDAILLAC, Louis (org.). Toledo, séculos XII-XIII, muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
CORTÁZAR, J. A. García de. Historia de España Alfaguarrá II, La época medieval. Madrid: Alianza Universidad, 1981.
FRÖHLICH, Roland. Curso Básico de História da Igreja. São Paulo: Ed. Paulinas, 1987.
GARCIA, José Manuel. História de Portugal, uma visão global. Lisboa: Ed. Presença, 1981.
HEERS, Jacques. História Medieval. São Paulo: Ed. Difel, 1981.

